

A RETOMA MODERADA DA ECONOMIA

Vitor Constâncio

1. Como habitualmente nesta altura do ano, o Boletim Económico inclui as projecções para a economia portuguesa referentes aos próximos dois anos. Preparadas no contexto do exercício de projecções do Eurosistema que decorreu em Outubro e Novembro, procedeu-se, no entanto, a actualizações de algumas hipóteses e à incorporação de informação mais recente sobre a evolução económica.

O crescimento económico para que apontam as previsões está centrado em 0,3 por cento em 2005, 0,8 por cento em 2006 e 1 por cento em 2007. São valores que significam uma recuperação muito moderada da economia, mas que reflectem a influência de choques económicos significativos, alguns de natureza mais temporária e outros de efeito mais estrutural. Por exemplo, o aumento extraordinário do preço do petróleo nos últimos dois anos afectou-nos mais do que a outros países e implica uma redução de 0,6 pontos percentuais no crescimento em 2005 e 2006. Se pudéssemos excluir os efeitos destes choques bem como o impacto de curto prazo das medidas de ajustamento orçamental, chegaríamos a taxas de crescimento de cerca de 1,25 por cento em 2005 e 2 por cento em 2006. A coincidência da fase mais exigente da indispensável consolidação orçamental e da quase duplicação dos preços do petróleo contribuiu para este período de fraca conjuntura no actual ciclo económico. No entanto, aquela exclusão não é inteiramente justificada, uma vez que o novo nível atingido pelo preço do petróleo, admitindo que se mantém, não produz um efeito meramente temporário e continuará a produzir consequências negativas durante mais tempo e, por outro lado, as exigências da consolidação orçamental continuarão também a existir, apesar dos efeitos

positivos que terá no médio prazo e dos efeitos de confiança que poderá ter desde já sobre os agentes económicos. A par destes efeitos mais duradouros, a economia portuguesa defronta outros problemas estruturais difíceis de vencer, como os que resultam da concorrência de novos países agora integrados no mercado europeu e mundial. A economia terá que reagir para se adaptar a esses novos dados da concorrência, mas prever alterações de comportamento e estrutura a médio prazo não constitui um exercício fácil de realizar. Mesmo a previsão para 2007 encontra-se, naturalmente, rodeada de maior grau de incerteza e é de presumir que a partir dessa altura possam dissipar-se alguns efeitos negativos mais recentes, permitindo que a economia possa crescer mais normalmente.

2. A desaceleração da economia portuguesa em 2005 resultou de uma diminuição acentuada do contributo da procura interna para o crescimento do PIB decorrente em especial da quebra do investimento (-3,1 por cento) e do abrandamento do consumo público. Apesar do contributo líquido do comércio externo (exportações menos importações) ter aumentado muito ligeiramente, assinala-se a forte quebra do crescimento das exportações, de 5,4 por cento em 2004 para 1,8 por cento no ano passado. Nos próximos dois anos a moderada recuperação prevista assenta na manutenção do crescimento da procura interna (em 0,6 por cento ao ano) e num crescente contributo do comércio externo. O andamento da procura interna reflecte os desequilíbrios acumulados na economia e o grau de endividamento dos agentes económicos que contribuiu para um crescimento mais sustentável das despesas privadas. Assinala-se, no entanto, que o consumo privado deverá aumentar mais de 1

por cento por ano e o Rendimento Disponível das famílias portuguesas aumentará também em termos reais no período destas previsões. Por seu turno, as exportações deverão acelerar em resultado de alguma recuperação das exportações do sector automóvel, o que se reflectirá em perdas de quota nos mercados externos sucessivamente menores ao longo dos próximos anos.

Dois factores poderiam conduzir a uma acentuação da retoma na parte final do período das previsões: um crescimento internacional mais forte e uma recuperação mais rápida do investimento privado do que aquela que está implícita nas actuais projecções. Deve, porém, reconhecer-se com realismo que a maioria dos riscos associados às actuais projecções apontam ainda na direcção contrária. A grande incerteza da situação económica internacional não pode deixar de afectar a avaliação dos riscos associados a qualquer previsão económica. Na verdade, a retoma internacional pode vir a revelar-se menos dinâmica do que o previsto se os grandes desequilíbrios existentes na economia mundial afectarem negativamente o crescimento. Por outro lado, há que recordar que as projecções preparadas pelo Eurosistema assentam na hipótese técnica de taxas de juro e de câmbio constantes, o que introduz um grau de risco adicional das projecções.

3. No que se refere à inflação, as actuais previsões apontam para uma progressão da taxa de aumento médio dos preços de 2,1 por cento em 2005, 2,5 por cento em 2006, reduzindo-se para 2,3 por cento em 2007. O aumento da taxa de inflação projectado para 2006, especialmente na parte inicial do ano, está muito influenciado pelo crescimento dos preços dos bens energéticos na segunda metade de 2005, evolução que se deverá alterar ao longo de 2006. Um outro factor que faz subir a taxa de inflação do primeiro semestre de 2006 é o aumento dos impostos indirectos (em particular o aumento da taxa normal do IVA de 19 para 21 por cento em Julho de 2005), cujo impacto apenas se dissipará durante a segunda metade do ano. A taxa de variação homóloga do índice de preços deverá apresentar um máximo no primeiro trimestre de 2006, podendo atingir cerca de 3 por cento, diminuindo progressivamente daí em diante até

atingir valores de cerca de 2,2 por cento na parte final de 2006.

No que respeita às contas com o exterior, as necessidades de financiamento externo da economia portuguesa, depois da significativa redução verificada até 2003, registaram desde então um significativo aumento, passando de 3,7 por cento do PIB para 5,9 por cento em 2004 e para um valor estimado de 8,2 por cento em 2005. De acordo com as actuais previsões, o desequilíbrio externo da economia portuguesa poderá atingir 8,5 e 8,8 por cento nos próximos dois anos. Esta evolução reflecte em grande parte os efeitos dos enormes aumentos do preço do petróleo registados desde 2003. Excluindo os bens energéticos, o défice da balança de transacções correntes teria tido uma trajectória descendente durante todo o período. O impacto sobre os termos de troca da evolução desfavorável da componente energética ter-se-á traduzido, por si só, numa deterioração da balança de bens e serviços em cerca de 1 por cento do PIB em 2005, projectando-se impactos de -0.7 e -0.2 por cento do PIB em 2006 e 2007, respectivamente.

4. Para além dos desequilíbrios e dos choques temporários que marcaram a conjuntura económica, esta tem sido também afectada por problemas estruturais de competitividade que claramente indicam que o problema de fundo que defrontamos é o de conseguir aumentar a taxa de crescimento potencial da economia. Alcançar esse objectivo no contexto da crescente concorrência que enfrentamos por efeito da globalização e do alargamento da União Europeia constitui um desafio muito exigente. As debilidades estruturais de que sofremos, os deficientes níveis educacionais, a insuficiente transformação das estruturas produtivas, a escassez da iniciativa empresarial, entre outros, tornam difícil responder a esse desafio. Carecemos também de uma reforma de mentalidades: temos que abandonar uma atitude defensiva, corporativa, estatizante, que torna a sociedade imóvel e precisamos de uma cultura de abertura internacional, de inovação e de risco, que as gerações mais jovens se mostram dispostas a protagonizar. É necessário manter uma visão de um futuro viável e mais próspero ao mesmo tempo que se fazem reformas difíceis. São, assim, as instituições portuguesas que estão postas à prova num

momento em que se tornou inevitável enfrentar os problemas do país. As grandes orientações a seguir encontram-se suficientemente identificadas:

A primeira é a de assegurar a estabilidade macroeconómica, ou seja, resolver em definitivo o problema orçamental e assegurar a sustentabilidade da segurança social. A correcção dos erros do Orçamento inicial de 2005 e o realismo do Orçamento aprovado para este ano fornecem uma indicação positiva sobre a possibilidade de se cumprir aquele objectivo. Será, porém, necessário manter um grande rigor na difícil execução orçamental deste ano.

A segunda respeita à necessidade de adoptar uma política social mais selectiva, com objectivos de redistribuição e especial apoio a desempregados, com particular reforço das políticas activas de emprego e de requalificação profissional.

A terceira refere-se a investir nas pessoas, ou seja, intensificar o esforço em educação e formação.

Finalmente, a quarta orientação recomenda a concentração de recursos e incentivos na promoção da inovação tecnológica. Na verdade, só com um significativo aumento do conteúdo tecnológico das nossas produções e a expansão dos

sectores de bens e serviços internacionalmente transaccionáveis conseguiremos superar com êxito as actuais dificuldades.

Em suma, manter um rigoroso realismo financeiro, apoiar e investir nas pessoas e criar novas vantagens comparativas para as empresas constituem as tarefas do momento. A fase actual de débil crescimento da despesa interna tem o efeito de conter a expansão do endividamento e de pressionar as empresas para se reestruturarem, aumentando a produtividade e reorientando os destinos das suas produções em maior escala para os mercados externos. A possibilidade de a economia retomar um caminho de crescimento económico significativo depende essencialmente da capacidade das empresas reagirem apropriadamente aos desafios da concorrência no quadro liberalizado em que nos movemos.

Não estamos perante uma crise permanente da nossa economia, mas esta tem de se adaptar às novas condições da concorrência internacional. Determinação e rigor nas políticas públicas e dinamismo das empresas são essenciais para mais rapidamente superarmos a actual fase de insuficiente desempenho económico.

Lisboa 4 de Janeiro de 2006